

Críticas à política de exportação do governo

O superávit registrado este ano pela balança comercial é "um desastre, porque é obtido mediante violenta contração das importações e, por conseguinte, da atividade produtiva. É um superávit gerado ao custo da recessão". A afirmação foi feita ontem em Belo Horizonte pelo professor Roberto Macedo, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP, ao falar sobre o tema "Desemprego e Política Salarial", a convite da Sociedade dos Economistas de Minas.

Ele é contra uma moratória unilateral, e defende "um entendimento com o conjunto dos credores, visando ao adiamento do pagamento da dívida por um prazo de três a cinco anos". Não basta, porém, renegociar o pagamento das amortizações, mas também e principalmente dos juros. "No ano passado, o Brasil pagou US\$ 11.300 milhões de juros e US\$ 8.179 milhões de amortizações. Adiar apenas o pagamento do principal, evidentemente, não diminui o problema."

Ele contestou a alegação do governo de que o Decreto-Lei nº 2.045, que restringe os reajustes salariais, aumentará a oferta de emprego. "O 2.045 vai gerar mais desemprego, porque o salário não é apenas custo para a empresa, mas é também dinheiro no bolso do trabalhador". Com salário menor, o trabalhador gastará menos e todo o sistema sentirá os efeitos, reduzindo o seu nível de atividades e de oferta de empregos. Para o economista, o que o governo quer com o Decreto-Lei nº 2.045 "é diminuir as importações".

Roberto Macedo não compartilha da opinião dos que acham possível não se mexer nos salários nesta hora de crise. Para ele, já que os salários representam 50% da renda nacional, isso tem de ser feito, só que através de um "programa de austeridade em que os que podem mais dariam uma cota maior, preservando os salários mais baixos e redistribuindo para toda a sociedade os custos do reajustamento da economia. O que não é possível é pegar um grupo específico e dizer: vocês é que vão pagar o pato".